

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

| | |
|---|-----------|
| VEÍCULO: Valor Econômico | 2 |
| Título: Uso de fundo para renovação de frota opõe Petrobras à equipe econômica Brasil .. | 2 |
| Título: Shell aposta em novo modelo de venda de gás..... | 3 |
| Título: Cade questiona Compass e Mitsui sobre venda de distribuidoras da Gaspetro | 5 |
| Título: Apesar de críticas de Lula, reversão da venda da Eletrobras não deve prosperar | 7 |
| Título: Prio negocia com bancos compra de fatia na Enauta, diz jornal | 9 |
| Título: Vale representa 85% da queda do Ibovespa | 10 |
| VEÍCULO: O Estado de SP | 13 |
| Título: PCC vira ‘sindicó’ do garimpo ilegal em terra Yanomami | 13 |
| Título: Projeto de controle | 15 |
| VEÍCULO: Folha de SP | 16 |
| Título: Painel S.A.: Julio Wiziack | 16 |
| Título: Investidores veem riscos em tentativas do governo de interferir na Eletrobras | 18 |
| VEÍCULO: O Globo | 22 |
| Título: Megacampo de gás vai produzir 15% da demanda estimada no país..... | 22 |

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/05/2023****Seção: Brasil****Autor: Renan Truffi e Lu Aiko Otta****Título: Uso de fundo para renovação de frota opõe Petrobras à equipe econômica | Brasil**

A cúpula da Petrobras entrou em rota de colisão com a equipe econômica do governo ao saber que estava em análise o uso de um fundo, abastecido por petroleiras, para custear o programa de renovação de frota de veículos no país, substituindo os mais velhos e poluentes para gerar mais sustentabilidade. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu essa ideia há um mês, mas, de lá para cá, a direção da empresa estatal entrou no circuito para defender que os recursos não sejam utilizados com esse fim.

O embate deve atrasar ainda mais a retirada do programa do papel. Agora, os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) trabalham para encontrar uma fonte de financiamento alternativa.

O entorno do ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, é favorável, por exemplo, ao uso de outros fundos que estariam sendo subutilizados pela União, mas não há consenso sobre qual deles poderia bancar o novo programa.

R\$ 4,4 bi é a renúncia fiscal envolvida no programa Rota 2030

O governo estuda também qual deve ser o principal foco dessa política pública, se apenas carros ou se incluiria também caminhões. O que se sabe, até o momento, é que seria uma forma de incentivar uma “transição ecológica” das frotas em circulação no país. Nas palavras de Haddad, o objetivo seria promover a troca de carros muito velhos, “que precisam ser tirados de circulação”, mediante indenização “para que a frota seja renovada em proveito do meio ambiente”.

Não está definido, entretanto, qual é o tamanho da frota que poderia ser substituída por meio desse incentivo, muito menos qual o aporte que o governo precisaria fazer para tornar favoráveis as condições.

Quando comentou sobre o assunto há um mês, Haddad explicou apenas que os técnicos do Ministério da Fazenda estudarão a proposta e ressaltou que o dinheiro estaria “segregado”, portanto não envolveria novos gastos. Os recursos a que se referia na ocasião, porém, eram justamente os que pertencem ao fundo abastecido pelas petroleiras, ideia que, segundo o Valor apurou, não agradou a dirigentes da Petrobras.

O fundo em questão existe porque, atualmente, os contratos de concessão a petroleiras preveem a destinação de recursos da produção para pesquisa e inovação, para estimular novas tecnologias no setor. O valor destinado a esse fundo varia de 0,5% a 1% da receita bruta da produção dos campos que pagam.

Em dezembro, o governo do então presidente Jair Bolsonaro regulamentou o programa Renovar, por meio de decreto. A proposta original previa a substituição exclusiva de caminhões, implementos rodoviários, ônibus, micro-ônibus, vans e furgões com mais de 30 anos de fabricação, por meio de um fundo formado por recursos de empresas de combustíveis.

Apesar do estágio inicial das discussões, Alckmin vem mantendo contato próximo com o setor automobilístico. Somente nas últimas semanas, ele se reuniu, por exemplo, com representantes de Hyundai, Renault e GWM, a maior montadora privada da China.

Isso porque também é intenção da equipe de Alckmin prorrogar, com aperfeiçoamentos, o programa Rota 2030, que se encerra no fim de junho. Criado em 2018, concede à indústria automobilística descontos em impostos, desde que haja investimentos em inovação tecnológica. A renúncia fiscal envolvida no programa é de R\$ 4,4 bilhões. Questionada sobre o tema, a Petrobras respondeu que “não é seu papel definir políticas setoriais, ou se posicionar sobre políticas de governo”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2023

Seção: Empresas

Autor: Kariny Leal

Título: Shell aposta em novo modelo de venda de gás

A abertura do mercado de gás no Brasil, por meio da Lei do Gás, em 2021, trouxe maior competitividade para o setor e a promessa de que os novos entrantes terão oportunidades que antes pareciam exclusivas da Petrobras, que dominava a indústria. Com os caminhos mais livres e a redução das incertezas na área, a Shell viu a oportunidade de trazer ao Brasil modelos de negócios que antes costumava operar somente nos Estados Unidos e na Europa.

A companhia anglo-holandesa foi a primeira a implementar o contrato “spot” de gás no Brasil, modalidade feita sob medida para cada cliente e que dá mais flexibilidade à negociação. Pode incluir, por exemplo, um tempo mais curto de fornecimento. “Com o novo tipo de contrato, que chamamos de master sales agreement, ou MSA [um acordo de vendas guarda-chuva, em livre tradução], ficam pré-acordados princípios comerciais e jurídicos para que não se passe muito tempo discutindo elementos que não são necessariamente core do acordo”, explica Carolina Bunting, gerente de vendas e originação da Shell Energy Brasil, divisão da Shell para gás natural, energia renovável e energia elétrica.

Estamos com participação ativa no mercado spot. Os MSA já são 10%”

Agora a expectativa da companhia é aumentar a implementação desse tipo de contrato no país, diz Bunting: “Estamos participando ativamente do mercado spot. Os MSA hoje compõem cerca de 10% do portfólio. Prevemos que com o desenvolvimento do mercado, este número deve aumentar à medida que crescer.”

A Shell foi a primeira companhia a operar esse tipo de contrato no Brasil, em 2021, e Bunting é quem está à frente desse tipo de negociação. O MSA, afirma a executiva, pode ser um contrato de uma só página que pode prever o começo do suprimento no dia seguinte ao acordo.

Entre os acordos feitos, a Shell cita parceria com a Gerdau. Nesse caso, a petroleira buscou fornecedores parceiros para fazer o transporte. O fornecimento durou apenas quatro dias e foi o primeiro em que apenas empresas privadas operaram em uma mostra do potencial e da flexibilidade do mercado aberto de gás, diz Bunting. A Gerdau confirmou a parceria com a Shell Energy nesse contrato.

Antes de 2021 os contratos no setor de gás costumavam ser feitos no modelo acordo de venda de gás (GSA, na sigla em inglês), que estipulava volume, preço e as demais condições comerciais, com uma duração de um ano ou mais. Segundo Bunting, as negociações duravam, em geral, seis a oito meses e era preciso fazer um novo contrato caso qualquer mudança fosse necessária. “Essa estrutura antiga fazia sentido para acordos que fossem diferentes, mais complexos ou com prazo maior. Já o MSA traz agilidade, inovação”, afirma.

Para começar a operar o MSA no Brasil, a Shell uniu a experiência que tinha nos mercados americano e europeu e a adaptou à realidade brasileira. “É um contrato robusto e muito focado na realidade do mercado local”.

Na visão de Bunting, o que tem dificultado o aumento da implementação tem sido as leis estaduais em relação ao mercado livre, o que, segundo ela, precisa ser simplificado. Com a perspectiva de que o mercado continue se abrindo, a executiva constata que a demanda é cada vez maior por esse tipo de acordo na companhia, o que também tem estimulado a entrada de players menores.

“A Shell tem 110 anos no Brasil e investimos bastante aqui. Acreditamos que esse tipo de acordo é algo que ajuda no desenvolvimento do país, trazendo mais segurança energética e flexibilidade. O mercado de gás ainda deve abrir muito mais, precisamos simplificar a migração para esses projetos”, diz Bunting.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2023

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Cade questiona Compass e Mitsui sobre venda de distribuidoras da Gaspetro

Superintendência Geral do órgão abriu processo para acompanhar o caso. Informação foi obtida com exclusividade pelo Valor

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) está questionando as sócias Compass e Mitsui Gás e Energia sobre a venda de distribuidoras de gás canalizado do Nordeste que pertenciam à antiga Gaspetro, hoje Commit Gás. Na

semana passada, a Superintendência Geral do órgão abriu um processo para acompanhar o caso. A informação foi obtida com exclusividade pelo Valor.

O compromisso de desinvestimento foi proposto pela Compass, empresa do grupo Cosan, quando da compra da fatia de 51% da Petrobras na Gaspetro, e acabou garantindo o aval do órgão antitruste ao negócio de R\$ 2,1 bilhões, em junho do ano passado.

Pela proposta, 12 das 18 concessionárias de gás em que a holding tinha participação devem ser vendidas. Um representante da Compass disse, em apresentação em Sergipe, que o prazo seria de três anos, mas outra fonte próxima ao processo adianta que não há informação oficial sobre esse prazo. Num primeiro momento, foram vendidas as distribuidoras não operacionais e alguns Estados exerceram o direito de preferência sobre a fatia que era da Gaspetro. Já a venda de outras operações de gás no Nordeste não avançou, mesmo havendo potenciais compradores.

O questionamento da Superintendência Geral do órgão foi suscitado por uma manifestação da Infra Gás e Energia, que negocia a compra das distribuidoras de gás em Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Em seu site, a Commit, joint venture em que a Compass tem 51% de participação e a Mitsui tem 49%, indica que Cegás (CE), Potigás (RN), Copergás (PE), Algás (AL) e Sergás (SE) seguem em seu portfólio.

Em sua petição, a Infra destaca que o “desinvestimento tido como premissa para a aprovação não se concretizou” até o momento e pede que a Compass se manifeste acerca desse compromisso. No mercado, circulam informações de que Compass e Mitsui estariam divergindo sobre a cisão dos ativos na região — além da participação via Commit, a companhia japonesa detém participação direta de 41,5% nas concessionárias de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Ceará.

Há ainda o receio de que, com a troca de governo e a decisão de excluir estatais do processo de privatização, negócios envolvendo a antiga Gaspetro possam ser revistos. O novo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, já sinalizou que compromissos assumidos pela estatal com o Cade serão questionados.

Nos questionários encaminhados às empresas na semana passada, o Cade solicita posicionamentos sobre o processo de venda e sobre a manifestação da Infra.

Procuradas, Infra e Compass não comentaram o assunto. A Mitsui Gás e Energia não respondeu ao pedido de entrevista.

A Mitsui já era acionista da Gaspetro e se tornou sócia da Compass na holding a partir da compra da fatia da Petrobras pela subsidiária da Cosan. A operação enfrentou a oposição de diferentes setores, representados pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Associação das Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGás) e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre outras, mas acabou aprovada sem restrições pelo Cade.

Além das participações em concessionárias do Nordeste, a Commit é dona de 49% da MSGás (MS), 24,5% da Compagás (PR), 41% da SCGás (SC), 49% da Sulgás (RS), 100% da Gás Brasileiro (SP) e 37,4% da CEG-Rio (RJ).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2023

Seção: Empresas

Autor: Robson Rodrigues

Título: Apesar de críticas de Lula, reversão da venda da Eletrobras não deve prosperar

De acordo com especialistas ouvidos pelo Valor, processo de privatização da empresa foi bem amarrado do ponto de vista jurídico

Em mais uma investida contra a privatização da Eletrobras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em visita a Londres para a coroação do Rei Charles III do Reino Unido, voltou a criticar, no sábado (6), o processo da empresa e disse que pretende entrar com uma nova ação questionando a capitalização da antiga estatal.

Especialistas consideram, contudo, que não será fácil reverter a venda da Eletrobras, uma vez que a capitalização foi feita em bases jurídicas sólidas. A situação cria, porém, incerteza sobre o futuro da companhia e tem impactos sobre as ações na bolsa. As ações ordinárias da Eletrobras acumulam queda de 18,85% no ano, enquanto as preferenciais caem 10,24%.

Na visão de especialistas, as declarações de Lula são ruins para a credibilidade do país e podem trazer um alerta para os investidores sobre o risco, mesmo que pequeno, de uma possível reestatização da empresa.

O advogado André Edelstein, sócio do Edelstein Advogados, afirma que a tentativa de reverter as condições estabelecidas na privatização da Eletrobras atenta contra a segurança jurídica, o ato jurídico perfeito e o equilíbrio contratual, além de abalar fortemente a credibilidade e confiança do país.

Fazendo eco às falas de Edelstein, o advogado Rômulo Mariani, do escritório RGMA Resolução de Disputas, acrescenta que a tentativa não deve ter sucesso, pois o processo foi juridicamente amarrado.

“A iniciativa não deve prosperar, pois os trâmites necessários foram cumpridos. E a União não deixa de se beneficiar por ser sócio de uma empresa mais bem gerida e que tem liberado valores represados na gestão estatal. Mas em termos de imagem, o estrago já está feito, infelizmente”, diz.

Em conversa com jornalistas, em Londres, o petista disse novamente que não concorda com os termos colocados à época da operação, que estabelecem valores elevados para uma reestatização da companhia, e frisou que não considera justas as condições estabelecidas. "Eu não entrei contra a privatização da Eletrobras, eu ainda pretendo entrar."

As falas de Lula representam mais um capítulo na tentativa do governo de reestatizar a empresa. Na sexta (5), a Advocacia-geral da União (AGU) ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que questiona trechos da privatização da Eletrobras. Na ADI, o governo pede a suspensão, em caráter liminar, de dispositivos da privatização, com efeitos retroativos até o julgamento final do processo pelo STF.

Neste mesmo dia, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., disse que não foi procurado por nenhum enviado do Planalto a respeito de trocas no conselho de administração ou da diretoria-executiva. Ferreira acrescentou que a empresa está disposta a compartilhar todas as informações necessárias.

Não é novidade para o mercado a desaprovação do novo governo em relação à privatização, porém a declaração deixa em alerta os investidores, pois as falas de Lula contribuem para a queda do preço das ações.

Enquanto as tentativas do governo ainda forem vistas como apenas um ruído, as ações seguem atrativas. Caso o governo encontre mecanismos que consigam reverter esse cenário, a desvalorização se torna um fato e certamente afugentará os investidores.

O presidente da Thymos Energia, João Carlos Mello, que atuou diretamente na privatização da Eletrobras, lembra que na ocasião estavam envolvidos diversos agentes políticos e a situação foi amarrada com o aval deles - do Congresso, Tribunal de Contas da União (TCU) e **Ministério de Minas e Energia (MME)**. Por isso, a pressão do governo Lula deve apenas fazer barulho.

Há quem diga que seja jogo de cena de Lula para a militância, já que a venda da Copel avança com o pragmatismo do governo. Isso porque a publicação de regras para a renovação de concessões foi vista como um aceno de que a União não vai se intrometer na privatização da elétrica paranaense.

O mesmo serve para a Cemig, já que o governo mineiro quer seguir o modelo de corporação da Eletrobras como referência para vender as ações da estatal de energia no mercado financeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2023

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas

Título: Prio negocia com bancos compra de fatia na Enauta, diz jornal

A Prio negocia com Bradesco e Santander a compra da fatia que essas instituições podem assumir na Enauta, atualmente controlada pela Queiroz Galvão, segundo informações publicadas hoje pelo colunista Lauro Jardim, do jornal "O Globo". Ainda de acordo com o colunista, a participação dos bancos no capital da petroleira seria de 28%.

A informação tem como pano de fundo a readequação de capital da Queiroz Galvão. Na sexta-feira, a oscilação atípica dos papéis da Enauta levou a

construtora - que controla a petroleira com 63% do capital - a afirmar, em fato relevante divulgado pela Enauta, que "não celebrou acordo ou qualquer documento que determine que a Queiroz Galvão S.A. ceda, transfira ou de qualquer forma aliene de forma definitiva ações de demissão da companhia [Enauta] a seus credores."

As ações da Enauta foram dadas em garantia pela construtora em 2019 para alongamento de uma dívida, à época, de cerca de R\$ 8 bilhões, as quais agora podem ser executadas. Conforme publicou o Valor no mês passado, entre os credores, estão os bancos Bradesco e Santander, além da Jive, gestora que investe em companhias em dificuldades financeiras.

À época que fechou o acordo para dar ações em garantia aos credores, a Enauta divulgou, em comunicado, que ficou estabelecida a alienação fiduciária de 78.616.957 ações da companhia, além da alienação, sob condição suspensiva, de outras 55.422.213 ações e o penhor, em segundo grau, de 33.420.121 papéis. Essas ações representam a totalidade da participação da Queiroz Galvão na companhia.

Ou seja, a negociação entre Prio, Bradesco e Santander poderia levar a petroleira a ficar com a parte dos bancos na concorrente, caso as ações dadas em garantia terminem realmente nas mãos das instituições financeiras.

Procurada, a Prio afirmou que não comentaria. Contatados por email, Bradesco e Santander não responderam até o momento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2023

Seção: Finanças

Autor: Augusto Decker e Matheus Prado

Título: Vale representa 85% da queda do Ibovespa

Decepção com crescimento chinês e desafios da empresa levam papéis da mineradora a acumular queda de 20,66% neste ano, o que arrasta a bolsa brasileira

A ação da Vale respondeu, sozinha, por 85% do desempenho negativo do Ibovespa neste ano. O índice acumula queda de 4,18% em 2023, e a ação da

mineradora é responsável por 3,53 pontos percentuais desse número, conforme levantamento do Valor Data.

Como o papel é o que tem mais peso no Ibovespa - de 15,01% na atual carteira - e contabiliza uma baixa de 20,66% em 2023, arrasta o índice todo para baixo.

As perdas se devem tanto a uma recuperação econômica chinesa diferente do esperado quanto aos problemas da própria companhia, afirma Gabriela Joubert, estrategista-chefe do Inter. “No fim do ano passado, gerou-se expectativa gigantesca de que a China viria com tudo, com recuperação forte de indústria, comércio e serviços. Não foi o que aconteceu, e agora começamos a enxergar isso”, diz.

Joubert lembra que, na semana passada, o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês, baseado em pesquisas com profissionais de compras) do setor industrial chinês voltou ao campo contracionista. Enquanto isso, o setor imobiliário pena para ganhar tração. “O investimento privado recuou em janeiro, fevereiro e março, e o PIB expressivo chinês no primeiro trimestre veio principalmente de serviços e gastos governamentais.”

As dificuldades do país asiático, maior consumidor de minério de ferro no mundo, se refletem no mercado da commodity. A tonelada do minério de ferro terminou a sexta-feira a 697,5 yuans na bolsa de Dalian, cerca de US\$ 101, patamar bem inferior aos 863 yuans por tonelada no fim do ano passado.

Gilberto Cardoso, CEO da Tarraco Commodities Solution, destaca a demanda baixa por aço e o estoque reduzido nas siderúrgicas. “Além disso, os altos-fornos chineses têm focado em custos, o que faz com que o minério de alta qualidade seja preterido e com que a Vale seja penalizada pelo mercado.”

A perspectiva para o minério nos próximos meses também não é otimista, afirma Thiago Ojea, sócio e analista de empresas da Apex Capital. “A sazonalidade afeta o primeiro trimestre do ano, com questões como o período de chuvas no Brasil impactando a oferta de minério. Para o segundo trimestre, com a oferta acelerando por aqui, na Austrália e na Índia, que já não tem imposto de exportação, os preços podem ficar ainda mais pressionados, a não ser haja novos estímulos.”

Cardoso enxerga suporte para os preços do minério a US\$ 100, mas sem grandes chances de romperem a barreira dos US\$ 130, ainda mais com a China coibindo o avanço dos preços da commodity. “O que pode ajudar, no segundo semestre, é a retomada do setor de construção, a começar pela finalização de obras inacabadas”, diz.

Joubert, do Inter, também credita o desempenho negativo da Vale às dificuldades de produção e venda da empresa. “Vimos um primeiro trimestre muito fraco, com vendas ruins, recuperação menor do que se esperava na velocidade de produção. Não acho que a empresa vai conseguir cumprir o ‘guidance’ de vendas, então devemos ver alguma correção.”

Para a estrategista, a ação pode se manter em dificuldades no segundo semestre. “Já houve correção, e acho que até o final do ano não dá para esperar que elas se recuperem muito, porque não deve haver crescimento significativo da China para impulsionar os papéis. Não quer dizer que elas [as ações] vão despencar mais, porque a queda já foi muito forte”, diz. “A ação da Vale estava em quase R\$ 100 e chegou a R\$ 67.”

Segundo Ojea, da Apex, as perspectivas de crescimento chinês não devem ser revisadas para baixo, mas os setores importantes para as mineradoras têm dinâmica própria. “Para o mercado das metálicas, interessa se ‘real estate’ [imobiliário] e infraestrutura, principalmente o primeiro, voltarão a receber estímulos mais fortes do governo. O foco parece ser terminar obras inacabadas, e não iniciar novos empreendimentos.”

Num horizonte mais longo, ele vê espaço para alta das commodities com a transição energética mundial. Um terço dos carros vendidos na China, destaca, é elétrico.

Para o Ibovespa, índice no qual as commodities têm forte peso, o segundo semestre pode ser positivo para ações ligadas à economia local, dada a possibilidade de ciclo de corte de juros, avalia Joubert. “Já temos um cenário mais benéfico com relação à inflação em comparação com o fim do ano passado. Isso traz um cenário favorável para a economia brasileira”, diz.

Por isso, afirma, setores como construtoras e indústrias podem ser beneficiados com o juro em rota de queda. Entretanto, a estrategista lembra que a temporada

de balanços do primeiro trimestre vem mostrando resultados piores que a expectativa do mercado, o que pode causar uma revisão para baixo nos preços das ações.

VEÍCULO: O Estado de SP

Data: 08/05/2023

Seção: Metrópole

Autor: Emilio Sant'Anna

Título: PCC vira 'sindicó' do garimpo ilegal em terra Yanomami

Presença da facção mudou até como mineradores ilegais se vestem na área indígena, diz pesquisa; região teve 14 mortes em uma semana

Conforme avança a retirada de garimpeiros ilegais do Território Indígena Yanomami, em Roraima, um problema começa a ficar cada vez mais evidente: a presença do Primeiro Comando da Capital (PCC) na reserva federal. A escalada da violência na região – que deixou 14 mortos em uma semana (leia mais nesta pág.)– coincide com relatos de indígenas, pesquisadores e equipes de investigação, que apontam a ação dos criminosos como “sindicó” da mineração irregular.

Ali, a facção atua em uma lógica menos hierarquizada e em associação com outros agentes ilegais. São os membros da facção os gestores do garimpo, responsáveis pelo fornecimento de insumos e máquinas para a atividade, pelo domínio do tráfico de drogas e da prostituição nas pequenas vilas, chamadas de “currutelas”.

Ao menos desde 2019, a atuação dos criminosos alterou radicalmente a vida no local, com os garimpeiros passando a andar armados com fuzis e não mais armas de caça e alterando até a forma como se vestem. Eles passaram a andar com roupas pretas, aponta o relatório Yanomami Sob Ataque, produzido pela Hutukara Associação Yanomami, Associação Wanasseduume Ye'kwana e Instituto Socioambiental (ISA).

O garimpo é um problema histórico na região. Recentemente, porém, essa corrida pelo ouro foi um dos principais fatores da crise humanitária sem precedentes no Território Yanomami, a mais extensa área indígena no País, com cerca de 30 mil habitantes. A mineração é proibida em todas essas reservas.

Nos últimos quatro anos, cerca de 570 crianças morreram com doenças levadas por mineradores ilegais, segundo o governo federal. Outro efeito colateral tem sido a destruição do bioma, com a poluição dos rios por mercúrio e a fuga de animais que servem como caça. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), por sua vez, chamou a crise indígena de “farsa da esquerda”.

Conforme o relatório, membros do PCC vêm se integrando às atividades de exploração de ouro. “O narcogarimpo vem permitindo a formação de estruturas mais bem equipadas, com armas e abordagens mais violentas aos indígenas”, afirma o documento.

FRONTEIRAS

A constatação é a mesma de outra pesquisa, segundo a qual o principal interesse do PCC no Estado está no controle das fronteiras para transportar drogas e armas.

“A atuação na zona de garimpo ocorre mais na ideia de controle do território, operando como braço armado do garimpo ilegal”, diz relatório produzido pelo Instituto Clima e Sociedade, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Igarapé e Centro Soberania e Clima. “Uma das constatações que se faz, nesse sentido, é de que é muito dispendioso extrair o ouro, razão pela qual a organização criminosa prefere extorquir, roubar e fazer a segurança do local”, afirma.

Segundo Melina Risso, diretora de Pesquisa do Instituto Igarapé, a atuação da facção em uma lógica de diversificação de atividades e em associação com outros agentes ilegais torna o combate ao crime no território Yanomami ainda mais complexo.

“Se fosse uma estrutura hierarquizada, o combate seria feito ‘cortando a cabeça’ (do esquema). Mas não é assim. É mais uma estrutura em rede, com outros atores. São novas células do PCC atuando de forma diferente”, afirma. “A gente tende a pensar na facção como um modelo estabelecido, mas o PCC de 2023 não é o mesmo do PCC de 2006 (quando uma onda de ataques da facção contra agentes da segurança pública paralisou São Paulo).”

Melina diz que é impossível pensar que os cerca de 20 mil garimpeiros ilegais no local fazem parte da facção. Antes disso, integram um enorme contingente de trabalhadores expostos a situações precárias. “Muitas vezes estão trabalhando em condições análogas à escravidão (dentro de um sistema também ilegal). É vulnerabilidade em cima de vulnerabilidade”, afirma.

VEÍCULO: O Estado de SP

Data: 08/05/2023

Seção: Artigos

Autor: Felipe Moura Brasil

Título: Projeto de controle

O verdadeiro plano do lulismo tem três frentes complementares: 1) Reescrever o capítulo corrupção; 2) Retomar controle das estatais; 3) Controlar imprensa e redes sociais. O método da frente 1 é demonizar juízes e procuradores para emplacar a tese da “criminalização da política”, desviando para questões processuais o foco das relações financeiras e imobiliárias de Lula e seus pares com empresas que, em seus governos, receberam contratos públicos e praticaram suborno.

Apesar de decisões judiciais favoráveis a petistas (à exceção, por enquanto, de José Dirceu, condenado em três instâncias por corrupção na Petrobras) e aliados (até Sérgio Cabral teve anulada pelo juiz Eduardo Appio, o “LUL22”, uma condenação imposta por Sergio Moro), a frente 1 busca consolidar narrativas de Lula na sociedade, pois, como ele ouviu de uma jornalista americana, “metade do Brasil o despreza”. Essa metade põe em risco futuras eleições e pressiona o Congresso contra as frentes 2 e 3.

A frente 2 busca:

a) Afrouxamento da Lei das Estatais, aprovado na Câmara, mas, diante da repercussão negativa, pendurado no Senado e no STF. Lá, porém, a liminar de Ricardo Lewandowski pelo fim da quarentena para indicações político-partidárias, seguida em julgamento por pedido de vista de Dias Toffoli garante que o governo vá nomeando políticos para empresas públicas, o que dificulta impedimento futuro em caso de definição contrária.

b) Alterações no Marco do Saneamento, para garantir vantagens a estatais em contratos. Os decretos do governo, no entanto, foram derrubados na Câmara por motivos bons (pressão de opinião pública e iniciativa privada; repúdio a mudanças sem projeto de lei) e ruins (insatisfação com ‘toma lá, dá cá’).

c) Retomada do controle da Eletrobras, por ação da AGU no STF para derrubar termos que limitaram influência da União; e pressão de Lula, que se recusa a negociar enquanto não forem substituídos executivos atuantes na privatização.

A frente 3 inclui de recusas similares a quem emprega jornalistas incômodos a escambos com verbas de publicidade e itens de interesse de veículos em projetos de lei, como a remuneração para conteúdo jornalístico prevista no PL 2630. Em relação às redes, a frente 3 apresentou regras convenientes, tentou garantir o controle do órgão fiscalizador, reagiu à posição do Google via Senacon e Cade, e celebrou sua remoção por Alexandre de Moraes. Mas perdeu, por ora, com o adiamento da votação.

O autoritarismo lulista está aí – só não vê a metade do país que não quer.

VEÍCULO: Folha de SP

Data: 08/05/2023

Seção: Colunas

Autor: Julio Wiziack

Título: Painei S.A.: Julio Wiziack

Volta pra ela

Banqueiros afirmam ter falado com o presidente Lula na semana passada na esperança de convencê-lo a fazer a Petrobras recomprar a Vibra (ex-BR). A Petrobras era dona da distribuidora que, privatizada na gestão Jair Bolsonaro, tornou-se Vibra. A ideia dada a Lula foi a recompra da Vibra. Mas, caso a empresa recuse, a Petrobras poderia negociar somente a marca BR e partiria para adquirir outra operação, como a da Alesat.

Arranjo

Políticos também entraram em campo junto ao Planalto e à presidência da estatal. Tentam alinhar interesses. Os bancos querem elevar as ações da Vibra,

que acumula queda nos últimos doze meses. A Petrobras, com dinheiro em caixa, ampliaria sua atuação no campo das energias renováveis. A Vibra comprou a Comerc, forte nesse ramo.

O preço...

Um milhão de processos trabalhistas de cinco estados brasileiros custaram R\$ 94,5 bilhões para empresas de cinco estados. O valor equivale a mais de duas vezes o PIB de Sergipe e supera toda a riqueza gerada em outros oito estados. É o que revela a Neoway, empresa de inteligência de dados, com base em informações dos sistemas de Justiça do país.

... da justiça

São Paulo concentrou 64% das ações e as custas processuais atingiram cerca de R\$ 61 bilhões, quase o equivalente ao PIB de Alagoas. Seguem na lista Rio de Janeiro (R\$ 13,4 bilhões), Minas Gerais (R\$ 9,5 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 5,4 bilhões) e Bahia (R\$ 5,2 bilhões).

Falando...

Um dos empresários mais conhecidos no ramo da tecnologia, Marco Stefanini está com um problemão. Começam nesta semana as negociações com o Sindpd, sindicato da categoria, que acusa a empresa de ter coagido mais de 200 funcionários a pedir demissão.

...nisso

A suposta infração teria ocorrido em 2022, quando a Stefanini perdeu a licitação da Prodesp, braço de tecnologia do governo de São Paulo. À época, a Stefanini teria dado duas opções aos funcionários: continuar na empresa ou pedir demissão e migrar para a concorrente que venceu o leilão. Eles queriam ser demitidos porque estavam há mais de uma década na Prodesp. O caso virou inquérito no Ministério Público do Trabalho. A empresa disse que sempre esteve aberta à negociação.

7x1

Os times profissionais de futebol do Brasil continuam sofrendo derrotas na comparação com outros países por contratos de publicidade. Europeus e até os americanos conseguem mais patrocínio. É o que revela levantamento recente da consultoria de marketing Sports Value.

Anemia

Na MSL, a liga profissional dos EUA, os times ganharam mais de US\$ 500 milhões (R\$ 2,5 bilhões) por ano com patrocínio -quase 17% do mercado publicitário americano. No futebol europeu, como Espanha, França, Itália e Alemanha, esse índice é de 16%. No Brasil, onde o esporte é paixão nacional, representa somente 1,8%.

VEÍCULO: Folha de SP

Data: 08/05/2023

Seção: Mercado

Autor: Lucas Bombana e Alexa Salomão

Título: Investidores veem riscos em tentativas do governo de interferir na Eletrobras

Ação no STF pode afetar venda de empresas como Sabesp, Cemig e Copei, dizem analistas

A tentativa do governo de aumentar o poder na Eletrobras eleva a insegurança jurídica no mercado e pode dificultar a privatização de estatais de energia elétrica e saneamento, na avaliação de analistas de mercado e gestores de fundos.

Nesta sexta-feira (5), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) que declare inconstitucional parte da lei de desestatização da Eletrobras, para que a União tenha voto proporcional à sua participação societária na empresa.

A solicitação ao Supremo, feita pela AGU (Advocacia-Geral da União), por meio de uma ADI (Ação Direta de In-constitucionalidade), tenta derrubar o trecho da lei que proíbe que acionista exerça votos em número superior a 10% da quantidade de ações. A ação da AGU afirma que a União manteve 43% das ações ordinárias da companhia.

Vista como um movimento intervencionista, a ação também pode aumentar a volatilidade das ações de empresas de capital misto na Bolsa de Valores.

A economista e sócia do escritório Sergio Bermudes Advogados Elena Landau lembra que, durante o debate sobre a privatização da companhia, havia o temor de que grupos estrangeiros, especialmente chineses, adquirissem o controle. A limitação de voto foi pensada nesse contexto e incluída na lei de privatização e no estatuto da companhia como uma forma de evitar esse tipo de cessão de poder.

Landau, que comandou o programa de privatizações do governo FHC e é especialista em direito societário e mercado de capitais, se opôs naquela ocasião ao modelo de privatização da Eletrobras. Defendia outros formatos. Mas afirma que o questionamento do governo não faz sentido econômico ou jurídico.

“Essa limitação acontece em todas as corporações, e é preciso ter limitação de voto para não permitir que haja uma agregação de interesses —impedir que um grupo, por trás da maioria, faça acordos que, na verdade não representam a maioria. Isso é normal”, afirma ela.

“Desde a primeira ameaça, conversei com todo tipo de advogado para discutir a questão [da investida do governo para mudar a regra]. Todo mundo acha que não vinga. Vai servir apenas para ajudar a desvalorizar ainda mais a companhia”, afirma a economista.

Um gestor de fundos com participação relevante na Eletrobras, que preferiu não ser identificado, concorda com essa análise. Diz que vê pouca chance de que prospere a tentativa do governo de aumentar a influência na empresa de energia.

Esse gestor cita que Embraer e a própria B3 estão entre outras empresas importantes na Bolsa que também contam com a mesma trava para limitar o voto por acionista.

A medida do governo contra essa limitação poderia desencadear uma série de questionamentos, aumentando a volatilidade na Bolsa e piorando o ambiente de negócios no país, diz ele.

A leitura é que a investida também teria o efeito colateral de aprofundar a percepção de risco regulatório no Brasil.

Segundo André Gordon, sócio fundador da gestora GTI Administração de Recursos, a iniciativa do governo no caso da Eletrobras pode dificultar a evolução de processos de privatização de estatais de saneamento e energia como Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) e Copei (Companhia Paranaense de Energia).

Tanto o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo, como o de Ratinho Júnior (PSD), no Paraná, e o de Romeu Zema (Novo), em Minas Gerais, já manifestaram a intenção de privatizar as empresas de saneamento e de energia em seus respectivos estados.

“Todo mundo vai querer esperar para ver qual será a jurisprudência [sobre o caso da Eletrobras]”, afirma o gestor da GTI, acrescentando que os milhares de investidores que compraram ações da Eletrobras no processo de privatização o fizeram levando em consideração um cenário no qual a empresa seguiria com o capital pulverizado, sem se submeter a políticas impostas pelo governo.

Analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman tem uma visão parecida. “A forma [que o governo busca para aumentar a influência na Eletrobras] não é positiva para a empresa, para o mercado e para qualquer investidor que queira investir no Brasil. Isso traz insegurança jurídica”, afirma.

O analista diz que as discussões envolvendo eventuais privatizações das empresas de saneamento e energia de São Paulo, Minas Gerais e Paraná poderiam replicar o modelo adotado na Eletrobras.

A medida do governo, portanto, tende a afetar negativamente as conversas relativas à venda dessas estatais, diz Arbetman.

O analista da Ativa diz ainda que o governo poderia buscar outros caminhos para aumentar sua influência na Eletrobras. Entre as alternativas estariam alegar a inconstitucionalidade da privatização no STF, propor a alteração dos votos dos acionistas em assembleia ou mesmo pagar o prêmio de 200% sobre o preço máximo das ações nos últimos 500 pregões para recomprar os papéis que foram vendidos no processo de venda da elétrica.

A forma escolhida pode ter sido considerada o caminho mais fácil pelo governo para ser bem-sucedido na empreitada, mas é ruim para a percepção dos investidores sobre o mercado brasileiro de um modo geral, diz o analista da Ativa Investimentos.

Sócio-fundador da casa de análise de investimentos Nord Research, Bruce Barbosa afirma que, embora não espere que a ação do governo na Justiça relativa à Eletrobras traga impactos para ações de outras empresas do setor elétrico na Bolsa, acredita que ela pode aumentar a volatilidade para os papéis das estatais, frente ao aumento do risco de interferências.

“É péssimo para a governança e para o Brasil”, afirma Barbosa. Ele diz torcer para que o Congresso barre a medida, e faz referência à recente derrota do governo na Câmara — no início do mês, deputados derrubaram mudanças feitas pelo governo federal no Marco do Saneamento.

“O mercado brasileiro inteiro está sofrendo com as decisões deste governo. Por isso que está tão barato”, diz o sócio da Nord Research.

As ações ordinárias da Eletrobras acumulam desvalorização de cerca de 19,4% em 2023, até 5 de maio, segundo dados da Bloomberg. O Ibovespa recuou 4,2% no mesmo período. A ação do governo no STF “certamente vai continuar pesando sobre o papel ao longo do processo”, diz Arbetman, da Ativa.

Como apropriada ADI afirma que deve ocorrer prevenção (preferência que o tema seja analisado por juiz que já trata do tema proposto), o questionamento do governo tende a ser encaminhado para o ministro Kassio Nunes Marques, que já atua como relator de duas outras ações que questionam a privatização da Eletrobras, um do Podemos e outra do PT.

Nunes foi indicado por Jair Bolsonaro (PL) e tem se posicionado a favor das teses defendidas pelo governo anterior —que impulsionou a privatização da Eletrobras.

Outros ministros do STF também apoiam privatizações. No entanto, alguns especialistas da área jurídica lembram que podem ocorrer surpresas, uma vez que ministros da Corte têm revisto posições.

Um exemplo recente é a alteração do voto do ministro Gilmar Mendes. Ele reviu posição anterior para acompanhar o voto do ministro Luís Roberto Barroso e considerar constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletiva, de contribuições assistenciais a sindicatos.

Ainda que avalie ser remota a reversão da privatização, a própria Eletrobras já comunicou o risco ao órgão regulador do mercado de capitais dos Estados Unidos.

Neste sábado, o presidente Lula voltou a falar sobre a Eletrobras e afirmou que pretende entrar com outra ação questionando a privatização da empresa. O chefe do Executivo criticou limites criados na privatização da companhia que dificultam sua reestatização e questionou a remuneração de diretores e conselheiros da Eletrobras.

“Os diretores aumentaram seus salários de R\$ 60 mil por mês para mais de R\$ 360 mil por mês, e um conselheiro para fazer uma reunião ganha mais de R\$ 200 mil. Não é possível num país em que 33 milhões de pessoas passam fome vivermos numa situação como essa”, afirmou o presidente, em entrevista coletiva neste sábado (6), em Londres, após a coroação do rei Charles 3.º

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/05/2023

Seção: Economia

Autor: Veronica Coelho / presidente da Equinor Brasil

Título: Megacampo de gás vai produzir 15% da demanda estimada no país

ENTREVISTA

Petroleira vai investir US\$ 9 bilhões em projeto no pré-sal na Bacia de Campos, junto com as sócias Repsol Sinopec e Petrobras. Brasil já está entre os três maiores mercados internacionais da empresa norueguesa

BRUNO ROSA E JANAINA LAGE

Maior fornecedora de gás na Europa, a Equinor se prepara para aumentar sua presença na indústria de energia no Brasil. A petroleira é operadora de um megacampo de gás no pré-sal da Bacia de Campos, o BM-C-33, e tem como sócios Repsol Sinopec e Petrobras. Juntas, as empresas vão investir US\$ 9 bilhões no projeto, que entra em operação em 2028, com capacidade de produzir 15% da demanda de gás prevista no país ou o suficiente para abastecer São Paulo.

Veronica Coelho, presidente da Equinor Brasil, ressalta que o empreendimento é o de águas mais profundas a ser desenvolvido no país, com 2.900 metros de lâmina d'água (distância da superfície ao fundo do mar). Além disso, será o primeiro no Brasil a contar com o processamento do gás em alto-mar, o que reduz custos e agiliza a operação. Veronica diz que a estratégia de atuação no país é de longo prazo, mas lembra que a indústria conta que o imposto sobre exportações de petróleo anunciado pelo governo com prazo de quatro meses será temporário. "O importante é evitar surpresas. Passa pela nossa agenda a construção de confiança mútua", afirma.

Quanto vão investir no BM-C-33, esse megacampo de gás?

Conseguimos junto com nossas parceiras, Repsol Sinopec e Petrobras, chegar ao valor de investimento no BM-C-33, que engloba as descobertas de Pão de Açúcar, Gávea e Seat, na Bacia de Campos. Temos 35% da licença, assim como a Repsol. A Petrobras tem 30%. São esperados investimentos de US\$ 9 bilhões, que começam a partir da assinatura dos contratos de execução. O projeto tem capacidade de 16 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Estimamos que esse volume, quando entrar em produção, em 2028, vai representar 15% da demanda esperada de gás no Brasil. Seria toda a demanda de gás de São Paulo em 2028. É um projeto muito relevante para garantir segurança energética.

O que diferencia o projeto?

Todos os poços vão ser conectados ao FPSO (navio-plataforma), que vai ter uma planta de tratamento de óleo condensado. Ele terá capacidade de processamento de óleo de 125 mil barris por dia. Além disso, a gente vai ter uma planta de processamento de gás na plataforma de produção offshore (no mar). É a primeira vez que isso vai ser feito no Brasil. E isso vai permitir que a gente escoe para a terra o gás já especificado para venda (por meio de um gasoduto). Ou seja, não vai precisar de UPGN (unidade de processamento de gás natural) em terra. O FPSO estará conectado a um gasoduto de 200km, que vai chegar a Macaé na altura de Cabiúnas. O projeto tem reservas recuperáveis acima de 1 bilhão de barris de óleo equivalente. O potencial de geração de empregos é de mais de 50 mil diretos e indiretos em toda a cadeia de fornecedores no Brasil.

Há um desafio ambiental?

O FPSO é bastante inovador. Vamos usar a tecnologia do ciclo combinado para geração de energia, utilizando tanto turbina a gás quanto turbina a vapor, para maximizar o uso da energia. Com isso, vamos reduzir a pegada de emissões de carbono. Vai ser o FPSO mais eficiente do mundo, com perfil médio de emissão de menos de 6kg de CO₂ por barril de óleo equivalente, enquanto a média da indústria é de 16kg a 17kg de CO₂ por barril de óleo equivalente.

A busca por redução de emissões deve se tornar tendência entre as petroleiras, que agora buscam ser empresas de energia?

Temos a ambição de ser líderes no processo de transição energética e isso passa por otimizar o portfólio de óleo e gás, continuar com investimentos e produzindo hidrocarbonetos. Vamos expandir nossa presença em energias renováveis e soluções de baixo carbono. O mundo ainda vai demandar petróleo por muitas décadas, mas os projetos sustentáveis do futuro vão ser os resistentes a variações de preço, com baixo custo, e resilientes em termos de emissão de carbono. É um caminho sem volta. Queremos ter emissões neutras em 2050.

No início do ano, o governo anunciou a taxa por quatro meses de exportações de petróleo com alíquota de 9,2%, mas havia receio no setor de que se tornasse permanente. Qual é o impacto para a empresa?

É um impacto importante para a indústria inteira. Acreditamos que, como tem sido indicado, é um imposto temporário. Portanto, quando o BM-C-33 entrar em

produção, não terá esse impacto mais. O importante é evitar surpresas. Passa pela nossa agenda a construção de confiança mútua. E o investidor precisa de previsibilidade e estabilidade de regra no longo prazo.

O primeiro campo do pré-sal desenvolvido por uma multinacional é operado pela Equinor, o de Bacalhau, na Bacia de Santos. Foi comprado da Petrobras em 2016. Mas oportunidades como essa podem não se repetir, já que o governo decidiu rever a política de venda de ativos. Isso afeta a estratégia da companhia?

A gente tem visão de longo prazo no Brasil. Nossa presença aqui é permanente devido à credibilidade e confiança que a gente tem no país, como investidores, em relação a aspectos como segurança jurídica e dos contratos, previsibilidade e estabilidade das regras. É comum ter ajustes pontuais. Quando a gente olha para frente, nossa estratégia continua a mesma. No portfólio da Equinor, o Brasil é um dos países prioritários para investimentos. Está entre os três países na área internacional que a empresa tem maior presença.

Na semana passada, a Transpetro anunciou que quer voltar a construir navios no país. Existe espaço para a indústria nacional entrarem um projeto como o do BM-C-33?

A indústria nacional é muito competitiva em várias partes, equipamentos e serviços demandados em um projeto dessa natureza. Temos como política utilizar o mercado local que seja competitivo em questões de prazo e preço para maximizar a geração de valor local em todas as fases do projeto. Existem diferentes partes da cadeia de valor aqui no Brasil que são muito competitivas.

Quais são os investimentos em energia renovável?

Há um projeto de energia solar no Ceará, em produção desde 2018. Estamos construindo uma segunda planta no Rio Grande do Norte. E estamos em busca de mais.

A empresa firmou entendimento com a Petrobras para analisar projetos de energia eólica em alto-mar...

A Equinor tem larga experiência no setor. Temos interesse em trazer essa experiência para cá. Precisamos interagir com autoridades e parceiros para

aprimorar o arcabouço regulatório, ter segurança jurídica para tomar decisões de investimento. Precisamos ver se temos projetos competitivos do ponto de vista do custo e do preço. Temos ambição global de até 2030 investir 50% de tudo em energias renováveis.

A Equinor acaba de trazer ao país uma empresa comercializadora, que vende energia no mercado livre. O que isso indica?

É um sinal de que agente está se preparando para mais. Estamos nos preparando para entrar de forma mais concreta e robusta nesse mercado.

CAPAS DE JORNAIS

Sustentabilidade
Mais antigo fundo ambiental global, GEF fará reunião no país em junho, diz Carlos Rodriguez A2



Concorrência
Cade questiona Compass e Mitsui sobre venda de distribuidoras de gás canalizado B3



Tecnologia
Usina Granelli e Embrapa usam 'blockchain' para rastrear produção, diz Mariana Granelli B7

Sábado, domingo e segunda-feira, A, 7 e 8 de maio de 2023
Ano 24 - Número 2144 - R\$ 6,00
www.valor.com.br

Valor

ECONÔMICO

Com safra recorde e exportação em alta, renda agropecuária será de R\$ 1 trilhão em 2023

Conjuntura Com bom desempenho, setor vai garantir crescimento forte da economia no primeiro trimestre

Sergio Lamucci
De São Paulo

Com a safra recorde de grãos exportada para os mercados externos, a renda agropecuária do Brasil deve atingir R\$ 1 trilhão em 2023. O destaque fica com os R\$ 647 bilhões do setor agrícola. Já a renda de segmento pecuário tende a ficar um pouco acima de R\$ 350 bilhões. A receita da MD Agro, referência na importação da agropecuária para a economia brasileira, com impacto positivo sobre a balança de serviços.

Produtos agrícolas e pecuários ainda vão garantir mais um bom desempenho. De janeiro a abril, a agropecuária respondeu por um quarte-

to das exportações totais. Já a receita para o período, alcançou R\$ 25,6 bilhões. Para a MD Agro, as vendas para o exterior do agronegócio, que também teve uma transformação industrial, são de R\$ 172,5 bilhões em 2022, o mesmo em 2021.

O total da renda agropecuária neste ano ficará muito próximo ao de 2022 — um pouco de 1% a mais que o R\$ 1,011 trilhão do ano passado, em valores atualizados a preços de 2023. Enquanto a receita agrícola deve crescer 1,5%, a da pecuária vai cair 3%, ao mesmo tempo da MD Agro. Em 2019, a renda combinada dos dois setores ficou em R\$ 698 bilhões. Desde então, o indicador, atualizado levando em conta as projeções e quantidades produzidas pela agro-

pecuária, sofreu mais de 40%.

O economista-chefe da MD Associação, Sergio Vaini, diz que a alta dos custos e os preços internacionais chegam de perto o do dólar. "Desde 2019 não temos volatilidade, mas temos uma alta muito boa, que ajuda a manter a renda elevada", diz Vaini, ressaltando a do açúcar do milho. No caso da pecuária, ele afirma a queda da renda e preços mais voláteis, mas um crescimento normal da produção.

A agropecuária também vai se beneficiar por investimentos expressivos da PNB no primeiro trimestre. O crescimento do crédito agrícola, fechado em R\$ 1,5 trilhão em janeiro a março em relação ao trimestre anterior, com o PIB agropecuário em alta de cerca de 1% no primeiro trimestre. **Página A5**

Eventos climáticos extremos custaram R\$ 300 bi desde 2013

Roberto Winkler
De Brasília

As setas foram respessadas por 378 dias paralisados na agropecuária no primeiro trimestre em comparação ao mesmo período de 2013 a 2022. Ao todo, os eventos climáticos geraram em R\$ 300 bilhões de custos de inatividade, uma área que equivale 2 vezes dos territórios dos Estados da Flórida e Califórnia e São Paulo e Minas Gerais. A área é o mesmo que mais propícia a expansão rural em 2013. A análise de maio de 12 mil decretos em nível estadual e municipal, com dados de 2013 a 2022, foi feita pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Página B5**

Mulheres lideram maioria dos domicílios brasileiros

Mariana Gombart
De São Paulo

As mulheres já são maioria dos chefes de família no país, passando de 35,7% do total dos lares em 2012 para 39,9%, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado nesta terça-feira (8). O estudo, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aponta que o número de domicílios brasileiros triplicados pela economista Janaina Feijó. O aumento está associado, entre outros fatores, à mudança nas normas urbanas e no aumento da participação de gênero. Mas há mais desafios. "É preciso trabalhar a ideia de dividir o trabalho doméstico", diz Ana Carolina, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Página A6**

Charles III quer protagonismo feminino

Vivian Gualdi
De São Paulo

A sucessora de Charles III quer de volta ao tempo britânico e promover mudanças de peso de sete décadas em que a monarquia em Reino Unido se transformou em a imagem de uma instituição. Uma agência de comunicação em Londres pretende estabelecer a primeira simplificação de rituais, a começar a reduzir o número de eventos e a reduzir a duração dos eventos. A agência de comunicação em Londres pretende estabelecer a primeira simplificação de rituais, a começar a reduzir o número de eventos e a reduzir a duração dos eventos. A agência de comunicação em Londres pretende estabelecer a primeira simplificação de rituais, a começar a reduzir o número de eventos e a reduzir a duração dos eventos. **Página A11**

Sob nova direção



Em entrevista ao 'Valor', o novo presidente do Itaú, Miguel Ángel Albarracín, afirmou que planeja privilegiar a expansão internacional nos próximos meses, mas que manterá o foco no mercado local com três setores: o de alta tecnologia, o de infraestrutura e o de energia. Mas o crescimento ainda está lento. **Página C2**

Ações da Vale pesam na perda da bolsa

Augusto Decker e Mathias Prado
De São Paulo

Sábado, a Vale responde por 85% do desempenho negativo do Índice Bovespa no ano — que registrou queda de 4,18%. Desde então, as ações da mineradora não responderam por 3,53 pontos percentuais, segundo cálculos do Valor Data.

Com o pagamento da companhia não de 100 mil ações em Bovespa — 15,05% no atual cenário — e o registro de uma perda de 20,04% em 2023, associam o índice todo para baixo.

De fato, do ano passado, gerou-se expectativa de que a Vale voltaria a crescer, com recuperação forte de indústria, comércio e serviços. Mas não é que aconteceu, e agora o ano não é o mesmo. "A Vale não é o mesmo", diz Gabriela Jardim, economista chefe do Itaú. As dificuldades da produção, maior consumo de petróleo de preço mais caro, se refletem no mercado de commodities. **Página C2**

STF torna mais 250 réus pelo 8/1

Estrela Vale
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) tornou mais 250 réus no caso 8/1, o julgamento que paralisou a Operação Lava Jato. O STF tornou mais 250 réus no caso 8/1, o julgamento que paralisou a Operação Lava Jato. O STF tornou mais 250 réus no caso 8/1, o julgamento que paralisou a Operação Lava Jato. **Página A12**

Oportunidades



Com o corte de custos, a empresa de tecnologia de inteligência artificial, a Intel, anunciou que vai cortar 10 mil empregos em todo o mundo. A empresa também anunciou que vai cortar 10 mil empregos em todo o mundo. **Página B3**

Destques

'Biden se afasta radicalmente dos governos democratas anteriores'
Dani Rodrik A15

Renda larga ampla fronteiras
Região mostra crescimento do país. Setor e Comércio crescem na rede de varejo da América Latina por alta demanda. No Comércio, o agronegócio também apresenta crescimento em uma forte recuperação. **A 16**

Adnoc e Apollo querem Brasil
A Empresa Nacional de Petróleo do Abu Dhabi, Adnoc, e a gestora americana Apollo querem se juntar para comprar a petroliera brasileira Braskem. A transação poderia chegar a R\$ 37,5 bilhões. **B3**

Investidor local reduz participação
O investidor local reduziu sua participação em uma empresa de tecnologia. O investidor local reduziu sua participação em uma empresa de tecnologia. **C1**

Indicadores

| Índice | Atual | 2022 | 2021 |
|-----------------------|---------|---------|---------|
| Índice Bovespa | 128.100 | 128.100 | 128.100 |
| Índice Ibovespa | 128.100 | 128.100 | 128.100 |
| Índice Brasil | 128.100 | 128.100 | 128.100 |
| Índice América Latina | 128.100 | 128.100 | 128.100 |
| Índice Europa | 128.100 | 128.100 | 128.100 |
| Índice Ásia | 128.100 | 128.100 | 128.100 |
| Índice Rússia | 128.100 | 128.100 | 128.100 |
| Índice China | 128.100 | 128.100 | 128.100 |
| Índice Índia | 128.100 | 128.100 | 128.100 |
| Índice África | 128.100 | 128.100 | 128.100 |

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)



Segunda-feira 8 de MAIO de 2023 • R\$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47319
estadão.com.br

E&N Piora pós-pandemia... B1 e B2

Inadimplência bate recorde, chega a 43% do País e trava crescimento

Em 5 unidades da federação, mais de 50% dos brasileiros pararam de pagar suas dívidas

Nunca houve tantos brasileiros inadimplentes, informa Márcia de Chiara. Em março, 43,4% da população com mais de 18 anos tinha deixado de pagar dívidas, em especial quem vive em centros urbanos ligados à indústria e à prestação de serviços. O calote elevado, um entrave ao crescimento, se explica por inflação e desemprego ainda em níveis altos e atividade econômica fraca. Tal cenário faz com que as pendências com bancos, cartões de crédito, lojas e contas de serviços

Fatia dos inadimplentes

NO TOTAL DA POPULAÇÃO ADULTA EM MARÇO DE 2023

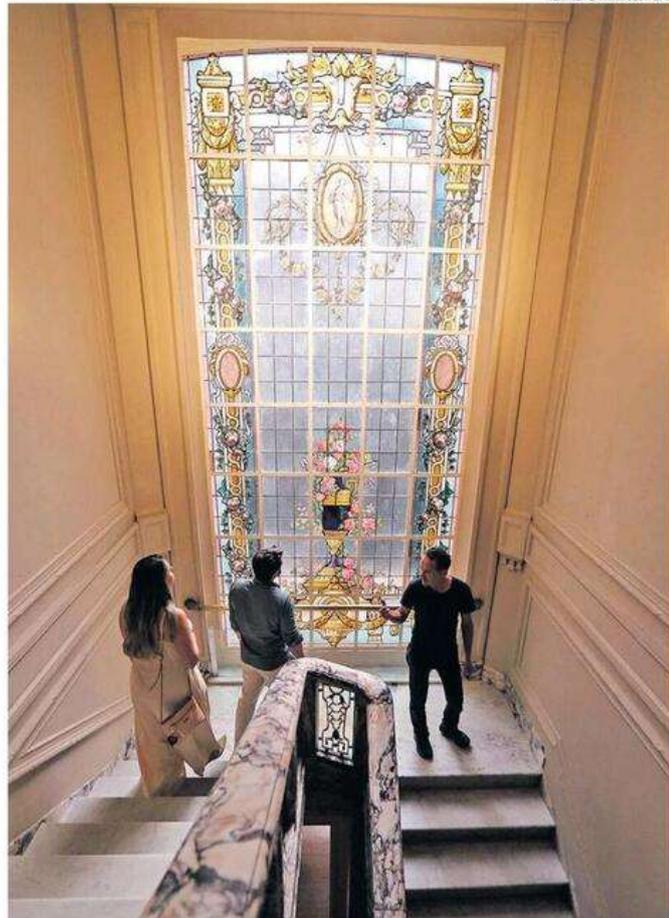
| | |
|--------|-------|
| 1º RJ | 52,85 |
| 2º AP | 52,44 |
| 3º AM | 52,32 |
| 4º DF | 51,13 |
| 5º MT | 50,22 |
| 11ª SP | 44,97 |

FONTE: SERASA/INFORMÁTICO ESTADÃO

somem R\$ 334,5 bilhões. A situação é pior em cinco unidades da federação, onde o calote é superior a 50%. Antes da pandemia, só Amazonas ultrapassava esse percentual.

70,71 milhões
é o número de inadimplentes no Brasil

R\$ 1.731,62
é o valor da dívida média por pessoa no País



WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Casarão no centro une história e natureza

Erguida em 1912 nos Campos Elísios, a Casa da Don'Anna recebe visitas guiadas para atrações como jardim, restaurante peruano e um vitral com a figura de uma deusa da fertilidade... A16

Terra Yanomami... A6

Exército contrata empresa de acusado de garimpo ilegal

O Exército brasileiro contratou para perfurar poços no território indígena a empresa Catarata Poços Artesianos, do empresário Rodrigo Martins Mello, um dos acusados de chefiar o garimpo ilegal na região. O MPF pediu a suspensão do acordo, mas a Força alega que seguiu a Lei de Licitações e Contratos.

Notas e Informações... A3

Solidários na desfaçatez

Os petistas e os bolsonaristas esquecem as diferenças se os interesses são comuns.

Educação, chave no futuro do trabalho

Felipe Moura Brasil... A8

Verdadeiro plano do lulismo tem três frentes

Oliver Stuenkel... A10
Pêndulo político vai à direita na América Latina

Luiz Carlos Trabuco Cappi... B6

O Brasil democrático e a retomada da economia

Direto da Fonte... C2

'Pude tirar algo bom das críticas'

Com o fim da novela 'Travessia', atriz Jade Picon avalia como amadureceu profissional e pessoalmente



DABRIEL SAMPAIO

Questão migratória... A11

Fim de expulsão rápida de ilegais pode criar crise na fronteira dos EUA

Governo prevê nova onda de mexicanos com a suspensão de regra criada sob pretexto de evitar casos de covid.

Ciência... A14

Fóssil humano inteiro achado em Goiás pode ter quase 12 mil anos

Idade foi calculada a partir de carvão que tem entre 11,7 mil e 11,9 mil anos, encontrado perto do pé do indivíduo.

C2 Teatro... C1

Musical traz histórias inéditas dos Los Hermanos

C2 Palmirinha... C8

Morre a apresentadora de TV que ensinou a cozinhar

Saúde... A15

Falha em sistema do Fleury dificulta acesso a exames

E&N Turismo ideal... B10

Casal viaja ao mundo com milhas e economiza R\$ 40 mil

Edição de hoje

3 CADERNOS - 40 páginas



Caderno A: Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes. Para fechar...
E&N: Destacar Economia & Negócios



C2: Cultura & Comportamento, A fundo

VerCapas.com.br

Tempo em SP

19' Min. 30" Máx.



FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UN JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 * Nº 34.368

SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2023

R\$ 6,00

Após um ano, vizinhança da cracolândia muda rotina

Quase um ano após a operação policial que dispersou a cracolândia da praça Princesa Isabel, no centro de São Paulo, moradores de oito ruas da região ocupada pelos usuários de drogas relatam alterações drásticas no seu dia a dia. Depoimentos detalham estratégias, como a de deixar de sair à noite, após aumento da criminalidade. Nos primeiros três meses deste ano, houve 54% mais furtos na região em comparação ao mesmo período de 2022. *Cotidiano B2 e B3*

Hidrovia na Billings gera temores; Nunes defende projeto

Cotidiano B1



Policiais militares fazem dispersão do fluxo da cracolândia na rua dos Gusmões, no centro de São Paulo. Danilo Werpa/Folhapress

ENTREVISTA DA 2ª

Lisiane Lemos

Preconceito deve ser combatido como doença

Secretária de Inclusão Digital e Apoio às Políticas de Equidade no Governo do Rio Grande do Sul, Lisiane Lemos, 33, diz que diversidade nas organizações demanda tempo e dinheiro. "Consolidar um projeto de equidade não é fácil. Não é só abrir a vaga", afirma. *A18*

Enem mostra que ChatGPT domina saber enciclopédico

A Folha submeteu a ferramenta de inteligência artificial a provas de oito edições do exame do ensino médio. O software foi bem nas questões que exigiram conhecimento enciclopédico, mas teve dificuldade em tarefas que demandaram executar uma sequência de passos. *Cotidiano B4*



Palmirinha Onofre em seu apartamento em SP. Eduardo Knapp/10.dez.2021/Folhapress

PL das Fake News dá margem ampla para órgão inexistente

Lacuna atual empurra debate para o futuro e cria risco de controle estatal

O Projeto de Lei das Fake News não define qual órgão irá desempenhar uma série de tarefas previstas no texto e que serão objeto da regulamentação posterior, entre elas a de garantir a sua efetividade. Pauta prioritária da gestão petista, o PL provocou desgaste do governo.

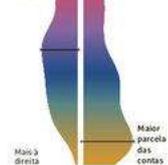
A intenção do relator do projeto, o deputado Orlando Silva (PC do B-SP), era prever que o Executivo criasse uma entidade autônoma de supervisão, e que ela deveria ter independência técnica e administrativa. Mas sem apoio dos parlamentares, ela foi retirada do texto.

Assim, o texto ficou com um buraco, abrindo brecha para que um órgão diretamente ligado ao governo, como um ministério, faça a regulamentação. A Folha Silva diz que o mais seguro seria delegar a supervisão à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

Bruno Bioni, do Conselho Nacional de Proteção de Dados, diz que o fato de não haver definição sobre a entidade é uma ausência grave: "A lei perde com isso, ela quase fica sem alma". Segundo ele, isso abriria mais espaço para que o Executivo se arvorasse da pauta. *Política A4*

Direita tem salto de perfis verificados, e esquerda perde presença no Twitter após mudanças na rede

Usuários que não tinham selo. Usuários que não tinham e agora têm. Mais à esquerda. Mais à direita.



Política A5

Ilustrada C2

Morre Palmirinha Onofre, cozinheira que marcou a TV e rendeu memes

Apresentadora paulista de 91 anos ria dos próprios erros e dos lapsos de memória cometidos à beira do fogão.

Ilustrada C1

Nova novela 'Terra e Paixão', da Rede Globo, coroa safra de histórias rurais

Ivan Finotti

Com estilo Disney, concerto da coroação agrada ao rei Charles 3º e aos seus netos

Mundo A10

ciência B5

Alemanha deve devolver fóssil de dinossauro brasileiro no mês que vem

Crise dos planos de saúde provoca R\$ 1 bi em atrasos

A crise dos planos de saúde, que fecharam 2022 com prejuízo de R\$ 11,5 bilhões, provoca um efeito cascata. Fornecedores de produtos para cirurgia dizem enfrentar dificuldade para emitir nota fiscal. Atrasos em pagamentos chegam a R\$ 1 bilhão. *Mercado A12*

EDITORIAIS A2

A hora do Senado
Sobre decretos de Lula que prejudicam o saneamento.

Educação pelo ralo
Acerca de ineficiência do gasto com ensino médio.

ATMOSFERA

São Paulo hoje
30°
19°
0h 6h 12h 18h 24h



GP SÃO PAULO DE TURFE FAZ 100 ANOS

O cavalo Doutor Sureño, do Haras Moema, venceu neste domingo (7) a centésima edição da tradicional prova realizada no Jockey Club de São Paulo; a celebração foi o chamariz para evento de três dias que distribuiu R\$ 1,3 milhão em prêmios. *Esporte B7*

Ronaldo Lemos

Nossos clones digitais estão chegando

Dentre todas as mudanças que a inteligência artificial traz, uma das mais inquietantes é a possibilidade de criar cópias digitais de nós mesmos. A Synthesia oferece o serviço. Você grava um vídeo de 15 minutos. Dez dias depois a empresa habilita seu clone virtual criado usando IA. *A16*

Mercado critica interferência na Eletrobras

Na sexta-feira (5), o presidente Lula (PT) pediu ao Supremo Tribunal Federal que declare inconstitucional parte da lei de desestatização da Eletrobras. A tentativa do governo de aumentar o poder na estatal eleva a insegurança jurídica e pode dificultar privatizações no setor, na avaliação de analistas do mercado. *Mercado A11*

Despedida: Veterana dos programas culinários da TV, 'Vovó Palmirinha' morre aos 91 anos SEGUNDO CADEIRNO



O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2023 ANO XXVIII - Nº 32.751 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00

NA MIRA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Governo quer fim de antecipação de parcela do FGTS via empréstimo bancário

Saque-aniversário permite uso de linha de crédito, mas trabalhador perde acesso ao fundo se demitido

Sem apoio no Congresso para aprovar o fim do saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quer propor a suspensão da antecipação do saque, que funciona como um empréstimo bancário. O governo avalia que a mudança pode proteger o trabalhador de ficar sem acesso ao fundo em caso de demissão, além de melhorar o resultado líquido das contas do FGTS e impactar políticas públicas de habitação e saneamento. **PÁGINA 9**

Revés no Congresso leva Lula a rever estratégia política

Após ser derrotado na Câmara nos decretos do saneamento, o presidente Lula promete voltar a se encontrar com lideranças partidárias esta semana, fato raro desde o início do governo. **PÁGINA 4**

Fala, Xandão



— Eu continuo de olho em tudo!

CPMI: indicações da base oscilam na fidelidade ao Planalto

Levantamento aponta que parlamentares de União Brasil, MDB e PSD indicados para a CPMI dos ataques golpistas desobedecem a uma em cada quatro orientações do governo no Congresso. **PÁGINA 6**

FERNANDO GABEIRA

Extrema direita cai literalmente das nuvens
PÁGINA 2

IRAPUÃ SANTANA

Frente ampla contra negros e mulheres
PÁGINA 3

ANTÔNIO GOIS

Impacto da Covid segue no ensino
PÁGINA 7

NATALIA PASTERNAK

A maior lição da pandemia parece distante
PÁGINA 8



Mortes e medo na terra natal da ministra Guajajara

O aumento da violência na Terra Arariboia, no Maranhão, onde nasceu a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, acende o alerta de lideranças da região. O local é berço do projeto Guardiões da Floresta, em que os indígenas fazem rondas de proteção, fechando as vias ilegais de acesso à mata e atraindo a ira dos madeireiros. **PÁGINA 7**

Seguro de aeronaves da polícia tem cláusula de guerra

Proteção para helicópteros custa R\$ 24 milhões. Poder bélico do crime levou o Rio a elevar número de blindados. **PÁGINA 12**

'Opep das florestas' une Brasil, Congo e Indonésia

Novas parcerias transcontinentais têm potencial para ajudar país na preservação da Amazônia. **PÁGINA 19**

BARULHINHO BOM

Ciência estuda sons capazes de induzir e sustentar o sono

PÁGINA 8



Contraste. Matheus Nascimento comemora gol que selou vitória alvinegra; Gabigol (à direita) lamenta revés do Fla

BRASILEIRÃO

Botafogo vence e é líder com 100%; Fla pode entrar no Z4

O Botafogo venceu o Atlético Mineiro por 2 a 0 no Nilton Santos, em sua quarta vitória no Brasileiro, consolidando-se na ponta da competição. Em Curitiba, o Flamengo perdeu de virada (2 a 1) para o Athletico e pode entrar na zona de rebaixamento hoje se o Corinthians pontuar contra o Fortaleza. **PÁGINA 10**

CADEIRNO DE ESPORTES

WAGNER COSTA/FILMBO

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2023

NÚMERO 21.966 • 26 PÁGINAS • R\$ 4,00

View Palmirinha/Instagram



Pioneira na arte culinária

De programa clássico sobre comida a jurada de reality, Palmirinha Onofre, a Palmirinha, deixa órfã uma geração de espectadores. Ícone da TV brasileira, a apresentadora morreu ontem, aos 91 anos.

PÁGINA 6

Festival Taste

Segunda edição do evento reúne 11 restaurantes e dois bares com o melhor da gastronomia brasileira. PÁGINA 17

Sergio Gazoni/RFP



Terror na Ucrânia

Em entrevista, a ucraniana Oksandra Matvichuk, ganhadora do Nobel da Paz, diz que Vladimir Putin precisa ser "parado". PÁGINA 9

Covid-19

Ministra pede que população se vacine

PÁGINA 5

Modernidade

Brasileiros têm confiança na IA

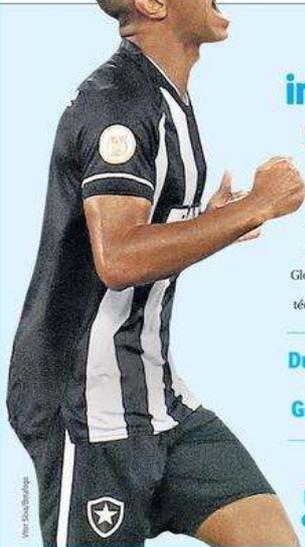
PÁGINA 5

Aliado versátil

Cientistas alemães criam robô que coleta lixo dos oceanos. PÁGINA 12



Tecnologia: Invenção "Água-viva robô" para coletar lixo do oceano



Liderança imponente e animadora

Com direito a um golão de Victor Sá (foto), o Botafogo domina o Atlético-MG, vence a quarta seguida no Brasileirão e amplia melhor início nos pontos corridos da competição nacional. Desempenho faz o Glorioso colocar em prática mantra defendido por Pep Guardiola, técnico multicampeão na Europa.

Dudu volta a marcar, Palmeiras goleia o Goiás e vira segundo

Flamengo perde para o Athletico-PR e pode entrar no Z-4

CBF/Oswaldo



O ouro da superação

Após enfrentar perrengues para chegar em Portugal, quinteto brasileiro da ginástica rítmica brilha e fatura medalha dourada inédita em uma etapa de Portimão da Copa do Mundo da modalidade.

Estoril Esportes/EBV



Praia sai da fila na Superliga

O vôleibol feminino brasileiro tem um novo campeão. Após ser vice do Minas por três temporadas, time de Uberlândia se impõe diante da torcida e conquista o bicampeonato nacional.

WTA/Oswaldo



Bia Haddad é campeã em Madri

Ao lado da belarussa Victoria Azarenka, brasileira (B) vence o WTA 1000 da capital espanhola e volta o foco para disputas em Roma e Roland Garros.

PÁGINAS 19 E 20

Real Brasília respira aliviado

Maria Dias faz dois, garante virada das Leões sobre o Ceará e tira o clube da zona de rebaixamento.

Verstappen abre frente na F1

Piloto holandês vence o GP de Miami e lidera Mundial com 14 pontos de vantagem para Sérgio Pérez.

Greve de professor é ilegal, decreta Justiça

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios determinou a ilegalidade da greve dos professores da rede pública de ensino, deflagrada na quinta-feira passada. O desembargador Roberto Freitas Filho ordenou o retorno imediato dos docentes à sala de aula, sob pena de multa diária de R\$ 300 mil e corte de ponto. Na decisão, o magistrado enquadrrou a paralisação como "situação de abusividade", pois a categoria já havia obtido um reajuste de 18%, e outras demandas estavam em negociação. O Sindicato dos Professores informou que a paralisação continuará, pois o fim da greve só será decretado em assembleia, prevista para quinta-feira.

PÁGINA 13

Frente ampla contra o racismo

Por meio de acordos de cooperação com diversos países, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, está construindo uma rede internacional para combater o preconceito. PÁGINA 4

Lula dá o tom da articulação

Presidente deve assumir a negociação com partidos, enquanto o ministro Alexandre Padilha se encarregará de executar os termos acordados entre o Congresso e o Planalto. PÁGINA 2

Tempo ruim para bolsonaristas

Presos, foragidos, investigados ou envolvidos em escândalos, personagens próximos ao ex-presidente da República saíram dos holofotes para enfrentar o acerto com a lei. PÁGINA 3



Apoio a Anderson Torres

Os senadores Izalci Lucas (PSDB-DF/ao centro), Eduardo Girão (Novo-CE) e Jaime Bagatoli (PL-RJ) visitaram ontem o ex-secretário de Segurança do DF, preso desde 14 de janeiro. Para Izalci, Torres poderia responder a processos utilizando tornezoleira eletrônica. PÁGINA 14

PATENTES

Gargalo emperra futuro da pesquisa

A demora na concessão de patentes prejudica o desenvolvimento de biotecnologias essenciais para o país.

PÁGINA 7

REMÉDIOS

Desequilíbrio no setor farmacêutico

Isentos de impostos, medicamentos importados são quase metade dos remédios comprados pelo SUS.

PÁGINA 8



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (61) 991.58.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99296.3846

VerCapas.com.br

MME / ASCOM .